



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

Av. Perimetral, nº 2501 – Terra Firme
[Telefones: (91) 3210-5165 – 3210-5166]
66077-830 – Belém – PA

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Universidade Federal Rural da Amazônia vem a público esclarecer o papel desta Instituição para a realização da operação “Saldo Zero”, conduzida pela Polícia Federal, Controladoria Geral da União e Ministério Público do Estado do Pará.

A partir de uma Avaliação da CGU acerca dos contratos realizados com as Fundações de Apoio em 2017, a gestão recém empossada da Universidade buscou implementar profundas mudanças administrativas que atendessem a todas as recomendações de auditoria preventiva da CGU e expostas naquele relatório.

Além de atender ao disposto pela CGU, as medidas visaram aperfeiçoar fortemente o controle finalístico da Universidade sobre contratos Fundacionais existentes. Entre as principais ações, destacam-se: aprovação de nova resolução que disciplinou as regras desse tipo de contratação, portarias com a criação de setor específico para receber, analisar, diligenciar e concluir acerca das prestações de contas pendentes e em andamento, instituição de novos critérios para renovação e aditamento de contratos, novos critérios também para liberação de parcelas residuais pendentes e modelos de prestação de contas de uso obrigatório por parte das Fundações, Fiscais e Coordenadores de projetos.

A partir desses controles exercidos, a própria gestão da UFRA pôde identificar o baixo nível de eficiência dos projetos até então contratados. Com o acréscimo de controle e diligências baixadas com a FUNPEA, a Universidade apurou, em final de julho de 2018, documentos com fortes indícios de manipulação. Foram realizadas tratativas administrativas com a Instituição Financeira mantenedora das contas específicas dos

projetos, pelo qual ficou comprovado que essas contas se encontravam, de fato, desfalcadas.

Por se tratar de falta grave com desdobramentos cíveis e criminais, a UFRA representou junto à CGU, à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, em agosto de 2018, todos os fatos de que tinha conhecimento, inclusive com o compartilhamento integral das provas documentais até então apuradas pela Universidade.

No que cabe às medidas específicas da Universidade, foi encaminhada, por meio do setor jurídico da UFRA, a proposição de ação cautelar para bloquear os bens da FUNPEA e de seus representantes legais na monta dos valores arrolados nos processos inconsistentes, para resguardar a Administração e o erário público. Ademais, no prisma administrativo, a Universidade vem realizando procedimentos com vistas a punir os envolvidos e buscar o ressarcimento do dano ao erário.

Por fim, a Universidade Federal Rural da Amazônia reitera o seu compromisso com a educação pública de qualidade e a correta aplicação dos recursos sob sua administração.

Belém, 27 de fevereiro de 2019.

Marcel do Nascimento Botelho
Reitor da UFRA